

pela manhã. Logo no início da reunião das lideranças, o deputado Inocêncio Oliveira disse que o Congresso precisava tratar também dos vencimentos dos ministros dos tribunais superiores e dos juizes federais, que passaram a pagar Imposto de Renda. Ele tinha em mãos um anteprojeto que disse ter recebido do presidente do Tribunal Federal de Recursos, ministro Gueiros Leite, fixando a remuneração dos ministros daquela Corte em CZ\$ 1,9 milhão, e a dos juizes federais em CZ\$ 1,6 milhão. Aruda Sampaio propôs, então, a formação de uma comissão para tratar de vencimentos, de modo amplo.

A terceira comissão cuidará de fechar um acordo acerca da pauta do novo esforço concentrado da Câmara. Foi adiada para novembro a votação de pelo menos duas matérias polêmicas: o substitutivo do deputado Lélío Souza (PMDB-RS) ao projeto de Lei do Inquilinato e o projeto que regulamenta a utilização de horários na TV pelos Três Poderes.

Regimento da Câmara 119

por João Alexandre Lombardo
de Brasília

Foi instalada ontem a comissão suprapartidária encarregada de elaborar o anteprojeto de regimento interno da Câmara dos Deputados. Eleito presidente da comissão, o deputado Arnaldo Prieto (PFL-RS) afirmou que até o próximo dia 22 de novembro o trabalho estará concluído. O relator do anteprojeto será o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS).

A comissão foi composta por treze deputados. Foram marcadas reuniões para os dias 26 de outubro, 3 e 17 de novembro. Na primeira reunião, os partidos apresentarão à comissão proposta para a elaboração do anteprojeto, que será enviado ao plenário da Câmara. Marcado para começar em 22 de novembro, Prieto acredita ser possível aprovar ainda neste ano o regimento.

Além de adaptar a mecânica legislativa à nova Constituição, o novo regimento interno possibilitará a votação de toda a legislação ordinária e complementar à Carta. Apenas sete partidos integram a comissão: o PMDB (com cinco representantes), o PFL (com três) e o PSDB, PTB, PDS, PDT e PT, com um representante cada.